



PLANO MUNICIPAL de SANEAMENTO BÁSICO



CADERNOS TEMÁTICOS SANEAMENTO BÁSICO

MOBILIZAÇÃO SOCIAL



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



PLANO MUNICIPAL de SANEAMENTO BÁSICO

CADERNOS TEMÁTICOS SANEAMENTO BÁSICO

MOBILIZAÇÃO SOCIAL



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1	11. AUDIÊNCIA PÚBLICA	30
2. MOBILIZAÇÃO SOCIAL	2	11.1 Estrutura e equipamentos para a audiência pública	31
3. MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PMSB	7	GLOSSÁRIO	32
3.1 Os níveis de participação	9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
3.2 Os grupos de trabalho	10		
3.3 Reuniões técnicas dos comitês	11		
3.4 O papel da equipe técnica	12		
4. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	14	LISTA DE FIGURAS	
4.1 Contextualização – a delimitação do projeto	16	Figura 1 – Formação dos Grupos de Trabalho – Escopo de atuação	11
5. IDENTIFICANDO OS ATORES SOCIAIS	17	Figura 2 – Adaptada TR	15
6. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	19		
6.1 Mobilização social local	19	LISTA DE QUADROS	
6.2 Mobilização social em rede	19	Quadro 1 – Objetivos da Participação Social	8
7. OS EVENTOS PÚBLICOS	20	Quadro 2 – Comitês de Participação	10
8. PREPARAÇÃO DOS EVENTOS	23	Quadro 3 – Reuniões Técnicas	12
8.1 Tarefas de produção	24	Quadro 4 – Quadro Resumo – Eventos Públicos	21
8.2 Tarefas da secretaria	24		
8.3 Tarefas da recepção	25		
8.4 Tarefas de mobilização e divulgação	25		
8.5 Tarefas de documentação e registro	25		
8.5.1 Elaboração da ata	25		
8.6 Tarefas de avaliação	26		
9. REUNIÃO PÚBLICA	27		
9.1 Reunião Pública I – diagnóstico	27	GLOSSÁRIO DE SIGLAS	
10. REUNIÃO PÚBLICA II – OS PLANOS, PROGRAMAS E AÇÕES	29	FUNASA - Fundação Nacional de Saúde	
		PMGIRS - Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	
		PMS - Plano de Mobilização Social	
		PMSB - Planos Municipais de Saneamento Básico	
		PNPS - Política Nacional de Participação Social	
		PPA - Planos, Programas e Ações	
		SNPS - Sistema Nacional de Participação Social	
		TR - Termo de Referência	



1

INTRODUÇÃO

Este é o módulo de Mobilização Social, e tem como objetivo compartilhar, trocar, ampliar conhecimentos e desenvolver soluções para ampla e efetiva participação social na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Contribuindo para o fortalecimento dos espaços públicos de participação e o desenvolvimento contínuo das pessoas e das comunidades nas relações com o meio ambiente.

2

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O aprofundamento e a consolidação da democracia no Brasil levaram à expansão da cidadania por mecanismos de participação social. O que tem gerado possibilidades inovadoras na gestão pública. Pode-se cada vez mais observar uma nova relação entre estado e sociedade, nas diversas esferas governamentais. As formas de planejamento e de gestão participativas têm trazido novas possibilidades na administração pública.

A participação efetiva dos diversos atores sociais e das organizações da sociedade civil em espaços de reflexão, discussão e negociação é capaz de alterar a realidade e o destino de uma localidade. A participação democrática e as formas de controle social têm o potencial de garantir um maior equilíbrio entre os diversos interesses presentes na sociedade e levar a um bem comum.

É fundamental investir esforços para o fortalecimento de espaços públicos de participação e para o aprimoramento das estratégias de diálogo capazes de apoiar as decisões políticas de âmbito local. Criar fóruns, redes, conselhos e comitês para os mais diversos temas de interesse comum são algumas das formas de ampliar esses espaços.

A legislação brasileira que instituiu as diretrizes nacionais para o saneamento básico estabelece que a elaboração e revisão do PMSB deverá ocorrer por meio de processos democráticos e participativos, de forma a incorporar as visões e necessidades da sociedade. Desta forma, cada município deverá atender às exigências e normas, em fomentar a efetiva participação da população em todas as fases de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, o que se dá por meio da Mobilização Social.

O que é Participação Social?

É conjunto de intervenções que as diferentes forças sociais realizam para influenciar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas. (Francisco de Assis-Machado)

Entre os princípios da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07) está a gestão com transparência baseada em sistemas de informações, processos decisórios institucionalizados (inciso IX) e **controle social** (inciso X).

O que é Controle Social?

A Lei nº 11.445/07 define como controle social, o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

É a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.

Soma-se a estes aspectos do controle social na legislação relativa ao Saneamento, os normativos específicos que tratam da participação social, como é o caso do Decreto nº 8.243 de 2014, que a Regulamenta a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, que tem como objetivo fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

O que é Mobilização Social?

Mobilização Social é o ato de **convocar vontades** para atuar na busca de um **propósito comum**, compartilhando interpretações e sentido. É a partir deste sentido compartilhado que diferentes indivíduos ou setores da sociedade se reúnem para começar ou transformar determinados processos, cenários ou ações. (Bernardo Toro e Nísia Werneck)

Quando pensamos em iniciar um processo de mobilização social para um projeto, devemos ter em mente que a integração dos diversos atores sociais locais é fundamental para o sucesso. Esforços isolados geram resultados isolados. Somente esforços coletivos são capazes de construir soluções completas e abrangentes.

A participação de elementos diversos da sociedade agrega uma dimensão mais profunda ao planejamento e gestão pública. Uma vez que os problemas de uma comunidade, mesmo quando não são comuns a todas as outras, podem estar relacionados a questões comuns. Se pensarmos juntos sobre quais são os principais problemas de uma região, veremos que um problema pode ser a causa do outro e que a melhor solução é a que atende a todos.

Para que fique mais claro do que estamos falando, vamos a um exemplo:

Desde a promulgação da Constituição de 1988 a principal instância de participação social nos municípios em todo o país são os Conselhos Municipais. Formados por representantes da administração pública e da sociedade civil, os conselhos contribuem para a definição das políticas municipais, por meio de debates, planos de ação e reuniões. Cada conselho atua de maneira diferente, de acordo com seu tema e a realidade local. Podem ter caráter fiscaliza-

dor, consultivo, deliberativo, normativo ou propositivo seja no setor de saúde, educação, meio ambiente, direitos da criança ou do idoso.

Por meio dos conselhos a sociedade participa efetivamente da gestão pública, exercendo o controle social, planejando as políticas públicas, fiscalizando as ações do governo, verificando o cumprimento das leis e analisando a aplicação dos recursos realizada pelo município ou pelo estado. Os Conselhos de Saúde, por exemplo, são constituídos por conselheiros, que se responsabilizam pela proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da política de saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros.

Para entender melhor:

- FISCALIZADOR: Fiscalizar as contas públicas;
- CONSULTIVO: Avalia e julga aspectos relativos ao seu tema de atuação fazendo recomendações;
- DELIBERATIVO: Tem caráter decisório entre suas funções;
- NORMATIVO: Cria e Reinterpreta as normas vigentes;
- PROPOSITIVO: Propõe ações aos gestores públicos do poder executivo.

Participação e controle social estão intimamente relacionados: por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação.

As Conferências de Consenso Cidadão

O modelo de conferência participativa de consenso, também conhecido como “modelo dinamarquês” é um padrão de mobilização social utilizado para discussões de assuntos relacionados à ciência e à tecnologia com um formato semelhante a um tribunal de júri, no qual cidadãos comuns e especialistas deliberam sobre problemas técnicos.

Este modelo foi criado com o objetivo de possibilitar um debate simétrico entre especialistas e não-especialistas para melhorar a tomada de decisão sobre ciência e tecnologia. As conferências de consenso são geralmente utilizadas para temas controversos, que gerem polêmica, dúvidas ou temor da sociedade.

A conferência de consenso foi criada na década de 80, pelo Conselho Dinamarquês de Tecnologia e o modelo já atravessou as fronteiras da Europa, Estados Unidos e América Latina. Em abril de 1997, a primeira conferência de consenso foi realizada nos Estados Unidos, cobrindo das telecomunicações e o futuro da democracia. No Chile a primeira Conferência de Consenso Cidadão aconteceu em 2003, como uma iniciativa da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS).

No modelo Dinamarquês é formado o painel cidadão. O recrutamento dos participantes é feito com o envio de um convite por telefone a uma amostra aleatória para 2000 cidadãos. Para participar a pessoa envia aos organizado-

res suas informações pessoais e suas motivações para participar no painel. São escolhidos em torno de 120 a 150 candidatos com perfil variado quanto a idade, sexo, ocupação, educação e localização geográfica. O último painel é composto por 14 pessoas, juntamente com os peritos e uma comissão consultiva de planejamento.

Um comitê que organiza o processo e o debate de questões é feito em dois fins de semana, com os especialistas presentes na conferência. Os peritos devem ter a mente aberta, assim como serem bons comunicadores. Seu papel inclui responder completamente às perguntas, a fim de deliberar entre si a melhor proposta possível. Dois moderadores, atuam como facilitadores. Esses moderadores devem ser profissionais e terem experiência em processos participativos, credibilidade, neutralidade e conhecer o tema, pois irão facilitar o diálogo entre os participantes do painel de leigos e os especialistas. O moderador deve ter domínio do processo, certificando-se de que o painel elucidou claramente os pontos de vista diferentes, e / ou questões levantadas pelos participantes.

A conferência de quatro dias começa com uma apresentação dos peritos de suas respostas às perguntas do painel do cidadão. O segundo dia é reservado para a discussão entre o painel do cidadão, os especialistas e o público, bem como perguntas de esclarecimento. O terceiro dia é reservado para gerar um documento final com as conclusões, juntamente com recomendações. Uma discussão aberta é formada, que inclui muita deliberação e debates para que um consenso final do documento seja atingido. Durante toda a manhã do quarto dia, o painel do cidadão lê o documento final com os especialistas, juntamente com o público, e, ou a imprensa.

EXERCÍCIO 01

Quais experiências de planejamento e gestão participativos já ocorreram ou ocorrem em seu município?

-) Elaboração de Plano Diretor
-) Orçamento Participativo
-) Agenda 21
-) Comitê de Bacias.
-) Conselhos Municipais. Quais?
 -) CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social
 -) CMPD - Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência
 -) CMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
 -) CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
 -) CME - Conselho Municipal de Educação
 -) CMI - Conselho Municipal do Idoso
 -) CAE - Conselho de Alimentação Escolar
 -) CMS - Conselho Municipal de Saúde
 -) CMMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente
 -) Conselho de Controle Social do Bolsa Família
 -) Conselho do Fundef
 -) Outros _____

Parque Sitiê

A existência de depósitos irregulares de resíduos proporciona a proliferação de doenças e compromete a qualidade ambiental. Esta situação se agrava quando estes depósitos estão localizados nas proximidades de comunidades.

Na comunidade do Vidigal, no Rio de Janeiro, como em tantas outras comunidades no Brasil, parte dos moradores convivia com um depósito de lixo na vizinhança. Durante 20 anos resíduos foram depositados neste local, alcançando um montante de 16 toneladas de lixo, composto por resíduos domésticos, animais mortos, eletrodomésticos, sobras de obras, etc.

Cansados desta situação, em 2006, dois moradores iniciaram o trabalho de limpeza do local. A iniciativa estimulou outros moradores que se uniram, formando um grupo. Ao final de seis anos, com mutirões constantes, o grupo conseguiu limpar a área.

Surgiu, então, o receio de que a área limpa fosse alvo de ocupações irregulares. Assim o grupo de moradores resolveu plantar na área, conjugando mata nativa e agricultura. Em 2012, o local foi reconhecido como a primeira experiência agro-florestal urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Durante a Rio mais 20 os moradores estabelecem contato com arquitetos brasileiros, formados em Havard. Estes técnicos se envolvem com o grupo e realizam um projeto de design para o local, contando com o trabalho de profissionais brasileiros, norte americanos e japoneses.

Com o crescimento do projeto outros parceiros e instituições se associaram ao grupo, consolidando o Instituto Sitiê. A área do projeto que tinha inicialmente contava com 1500 m², atualmente abrange um espaço de 8500 m². No local há espaço, para atividades relacionadas a educação, design, paisagismo, arte, cultura, turismo, empreendedorismo, além de agricultura urbana e reflorestamento.

Observa-se que a iniciativa e mobilização popular transformou completamente o espaço do depósito, mudando seu significado para a comunidade.

Para conhecer mais do projeto, sugere-se a visita a página. <http://www.parquesitie.org/>

3

MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PMSB

Se Mobilização Social é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, mobilizar no âmbito do PMSB é envolver os diferentes grupos sociais atuantes no município para construir um Plano abrangente que possa identificar e propor soluções eficientes para as questões de saneamento básico do município. Não obstante, ser uma obrigação legal, quanto mais plural e participativo for o processo de elaboração do Plano melhor será sua abrangência e adequação à realidade.

Segundo as diretrizes do Ministério das Cidades, a participação social é fundamental para a definição da política e elaboração dos Planos de Saneamento Básico.

“A participação social é mecanismo indispensável para a eficácia da gestão pública e de suas políticas. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse da coletividade. A participação no processo de elaboração do Plano deve ocorrer a partir da mobilização social e incluir divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico, além da capacitação para a participação em todos os momentos do processo”. (Brasil 2011, Ministério das Cidades)

A participação deverá permear todas as fases do PMSB e o quadro a seguir apresenta alguns dos objetivos da mobilização social por fase do projeto:

Quadro 1 – Objetivos da Participação Social

FASES	Objetivos da Participação Social
Todas as Fases	Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social; Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações; Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens; Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais; Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental; Sensibilizar os gestores e técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.
Diagnóstico Técnico-participativo	Considerar as percepções sociais e conhecimentos a respeito do Saneamento; Considerar as características locais e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais; Considerar a realidade prática local das condições de saneamento e saúde, em complemento às informações técnicas levantadas ou fornecidas pelos prestadores de serviços; Considerar as formas de organização social da comunidade local.
Prognóstico e Planejamento estratégico – Cenário de Referência	Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro. Considerar o impacto sócioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e os futuros para a qualidade de vida da população.
Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência	Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos; Considerar o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos e as atitudes em nível local.
Fases posteriores: Plano Execução, avaliação e previsão do PMSB	Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implantação da política municipal de saneamento básico; Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada sensibilizados e com conhecimentos mínimos de saneamento básico para acompanhar e fiscalizar a execução do PMSB.

(adaptado TR FUNASA)

Como pode ser visto no **Quadro 1**, a importância da mobilização social vai além das etapas de elaboração do PMSB, deve ser pensada como algo que se inicia na construção do Plano, mas que permanece na sua execução, avaliação e futuras revisões, para uma prática permanente da participação e mobilização social na política municipal de saneamento básico.

O teórico Bernardo del Toro afirma que “Se o propósito da mobilização é passageiro (uma manifestação, uma festa), converte-se em um evento. Se o propósito necessita de dedicação contínua, converte-se em um processo que produz resultados cotidianamente.” (TORO, 2005, p.92)

3.1 OS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Existe uma grande diferença entre passar pelo ritual vazio de participação como alguém que está presente em um evento e muitas vezes só observa, e para influenciar de fato os resultados do processo. O Ministério das Cidades (2011) classificou a participação social em seis níveis, de acordo com o grau de envolvimento da comunidade na elaboração do PMSB.

- **Nível 0 - NENHUMA:** a comunidade não participa na elaboração e no acompanhamento do PMSB.
- **Nível 1 - A COMUNIDADE RECEBE INFORMAÇÃO:** a comunidade é informada do PMSB e espera-se a sua conformidade.
- **Nível 2 - A COMUNIDADE É CONSULTADA:** para promover o PMSB, a administração busca apoios que facilitem sua aceitação e o cumprimento das formalidades que permitam sua aprovação.
- **Nível 3 - A COMUNIDADE OPINA:** a administração apresenta o PMSB já elaborado à comunidade, mediante audiência ou consulta pública, e a convida para que seja questionado, esperando modificá-lo só no estritamente necessário.
- **Nível 4 - ELABORAÇÃO CONJUNTA:** a administração apresenta à comunidade uma primeira versão do PMSB para que seja debatida e modificada, esperando que o seja em certa medida.
- **Nível 5 - A COMUNIDADE TEM PODER DELEGADO PARA ELABORAR:** a administração apresenta à comunidade uma pré-proposta de plano, junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-a a tomar decisões que possam ser incorporadas ao PMSB.
- **Nível 6 - A COMUNIDADE CONTROLA O PROCESSO:** a administração procura a comunidade para que esta diagnostique a situação e tome decisões sobre objetivos a alcançar no PMSB.

O nível de participação social na elaboração do PMSB irá depender de uma série de fatores, tais como a concepção dos gestores públicos ou o nível de maturidade e articulação dos diversos setores da sociedade. Cabe aos titulares dos serviços públicos de saneamento básico na concepção e implementação das suas políticas e planos, desenvolver estratégias de planejamento e gestão participativos ao enfrentar o desafio da universalização, com qualidade e controle social dos serviços de saneamento básico.

3.2 OS GRUPOS DE TRABALHO

O PMSB se faz em um processo coletivo, de caráter permanente e de princípio democrático. Em todas as suas etapas, desde a elaboração e implantação até a revisão, requer um modelo de planejamento e gestão participativos com mecanismos que garantam o conhecimento efetivo da realidade local e inserção das perspectivas e aspirações da sociedade para o setor de saneamento.

Sendo assim, é imprescindível criar formas de engajamento e participação que contemplem atores sociais diversos, que possam representar diferentes setores da sociedade civil e da administração pública. Este projeto prevê a formação dos grupos de trabalho em duas instâncias: Comitê de Coordenação e Comitê Executivo.

Quadro 2 – Comitês de Participação

Comitê de Coordenação	Instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada, responsável pela condução da elaboração PMSB.	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; • Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, devendo reunir-se, no mínimo, a cada dois meses.
Comitê Executivo	Instância responsável pela operacionalização dos processos de elaboração do PMSB.	<ul style="list-style-type: none"> • Executar todas as atividades previstas no Termo de Referência emitido pela FUNASA, apreciando as atividades de cada fase da elaboração do PMSB e de cada produto a ser entregue pela equipe técnica, submetendo-os à avaliação do comitê de coordenação. • Observar os prazos indicados no cronograma de execução para finalização dos produtos.

(Fonte: TR FUNASA)

O papel do Comitê Executivo é promover a participação popular por meio da mobilização social, o que inclui a organização de espaços de participação, divulgar o projeto, seus eventos e os mecanismos de participação e consulta.

O Comitê Executivo, com o apoio de sua rede de parceiros deverá identificar lideranças nos bairros e localidades que compõem os Setores de Mobilização.

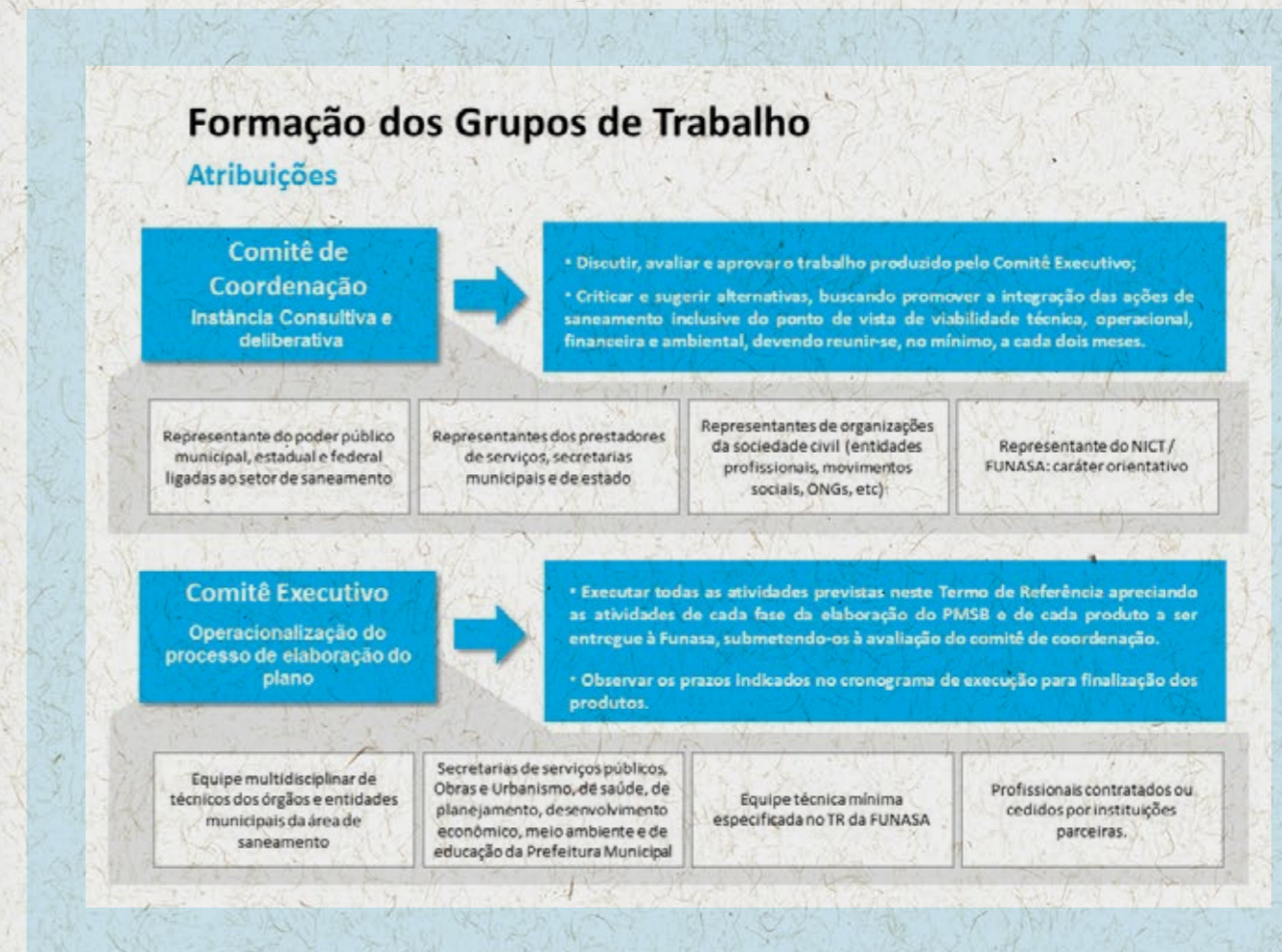
Além das atividades de mobilização social, o papel dos comitês é muito importante no apoio e acompanhamento dos trabalhos das equipes técnicas especialmente na etapa do diagnóstico.

Também é papel do comitê de coordenação validar os produtos previstos ao longo do projeto:

- Plano de Mobilização Social (PMS)
- Relatório do Diagnóstico Técnico Participativo (DTP)

- Relatório da prospectiva e planejamento estratégico (PPE)
- Relatório dos programas, projetos e ações (PPA)
- Plano de Execução (PE)

Figura 1 – Formação dos Grupos de Trabalho – Escopo de atuação



3.3 REUNIÕES TÉCNICAS DOS COMITÊS

Para a boa condução dos trabalhos de elaboração do PMSB, é fundamental que os Comitês de Coordenação e Executivo estabeleçam uma rotina de atividades. Neste sentido, a execução de reuniões técnicas é de extrema importância. São reuniões de trabalho para o planejamento, alinhamento de informações e encaminhamentos referentes a cada etapa e processo que serão desenvolvidos ao longo da elaboração do PMSB. Sendo assim, é necessário um mínimo de três reuniões.

Quadro 3 – Reuniões Técnicas

ETAPA	REUNIÃO	ESCOPO
Diagnóstico	Reunião Técnica I	<ul style="list-style-type: none"> • Definir as responsabilidades e atribuições de cada membro do comitê. • Preparar e validar o Plano de Mobilização Social. • Planejar a Reunião Pública I, bem como planejar a metodologia da coleta de dados para incorporação no diagnóstico e o Plano de Divulgação da Reunião Pública I.
Prognóstico e Programas, Projetos e Ações	Reunião Técnica II	<ul style="list-style-type: none"> • Validar o diagnóstico técnico-participativo. • Planejar a metodologia de coleta dos subsídios para elaboração dos planos, programas e ações (PPA), durante a realização da Reunião Pública II. • Organizar a Reunião Pública II. Executar o Plano de Divulgação da Reunião Pública II.
Validação do Plano	Reunião Técnica III	<ul style="list-style-type: none"> • Validar o PPA e o Plano de Execução (PE), analisar a minuta da Política Municipal de Saneamento Básico e planejar as ações necessárias para a realização da Audiência Pública.

Os principais pontos de pauta das discussões devem abordar:

- O que é um Plano Municipal de Saneamento Básico e como ele será elaborado;
- Quais as etapas do PMSB e como serão desenvolvidas;
- Quais são as atribuições e responsabilidades de cada grupo de trabalho;
- O Plano de Mobilização Social e as ações previstas;
- Temas Centrais do Saneamento Básico - Abastecimento de água, Esgotamento sanitário, Drenagem e manejo das águas pluviais, Limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos.
- Planejamento e organização das atividades de mobilização social e dos eventos.

3.4 O PAPEL DA EQUIPE TÉCNICA

Falamos até agora da importância da participação popular na elaboração do PMSB, entretanto, trata-se de um documento técnico e que, em vários aspectos requer conhecimento especializado e multidisciplinar. A participação da sociedade é mais que necessária, é fundamental, mas não é tudo. A participação de técnicos da área também deve ser valorizada.

Os mecanismos de participação aprimoram o conhecimento das questões locais e possibilitam o envolvimento da sociedade na identificação dos problemas e na construção das soluções, mas não dispensam a necessidade da abordagem técnico-científica.

Cada contribuição desses atores e segmentos sociais passará pela avaliação de um grupo de profissionais especialistas. Sem o aval técnico especializado, a participação social pode perder-se em contradições sem chegar a nenhum resultado efetivo. Por isso, a valorização da participação da sociedade não diminui o papel dos técnicos. Serão problemas, resultados e responsabilidades compartilhadas.

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), por meio de cooperação técnica com a Universidade Federal Fluminense (UFF), oferecerá assessoria técnica especializada para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

4

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O Plano de Mobilização Social (PMS) é uma ferramenta de planejamento das ações de fomento à participação popular na elaboração do PMSB. Ele será o guia de referência para que o Comitê Executivo desenvolva, passo a passo, as ações de mobilização social.

Uma minuta do PMS foi elaborada com base no Termo de Referência (TR) para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico procedimentos relativos ao convênio de cooperação técnica e financeira da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), na legislação específica sobre a Diretrizes Nacionais de Saneamento e nas informações levantadas junto aos agentes da administração pública municipal e demais fontes.

Cabe ao Comitê de Coordenação verificar o conteúdo apresentado na minuta, verificar a pertinência das informações, complementar com novos dados e validar um documento final que orientará os passos seguintes para a mobilização social.

O ato de planejar é pensar antes de fazer. É prever os passos de uma ação. Pensar sobre o como fazer e tomar decisões sobre este fazer. Planejamento não garante sucesso, mas reduz a chance de fracasso. O objetivo de planejar é garantir que os resultados da ação sejam os esperados, e que aconteçam com a máxima qualidade. O PMS busca tornar claro onde se quer chegar e apresenta as ações que possam levar a estes objetivos.

A **figura 2** traz uma representação ilustrativa do conteúdo do Plano de Mobilização Social.

Figura 2 - Adaptada TR



A estrutura e o conteúdo do Plano de Mobilização Social acompanham as etapas de um planejamento de mobilização e as etapas previstas no Termo de Referência. O documento inicia a apresentação do marco legal que o fundamenta e, com uma contextualização geral quanto ao projeto de elaboração do PMSB enumera os objetivos do PMS; identifica o público alvo, os atores sociais e parceiros para apoio à mobilização social, incluindo os Grupos de trabalho – Comitê executivo e de coordenação; estabelece a abrangência e delimita os setores de mobilização; detalha as estratégias de atuação; verifica a disponibilidade de infraestrutura em cada setor de mobilização para a realização de eventos públicos; apresenta as estratégias de divulgação da elaboração do PMSB e dos eventos; detalha o passo a passo das metodologias pedagógicas das reuniões e traz o cronograma de atividades, a ficha técnica e a bibliografia.

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DO PMS

- Verifique todas as informações apresentadas no documento;
- Avalie se a divisão do território em setores de mobilização conforme apresentada é a melhor forma de organização. Para isso, considere a densidade demográfica, localização acesso, aspectos culturais, entre outros – Um local pode parecer próximo em um mapa, mas o acesso é difícil, sendo necessário um longo caminho para chegar;
- Cheque se todas as lideranças e organizações da sociedade civil (associações, conselhos, sindicatos, etc) foram listadas;
- Confira se todos os veículos de comunicação e práticas de mobilização social foram identificados;
- Verifique se o local indicado para realização dos eventos participativos é adequado e se é a única opção existente;

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO – A DELIMITAÇÃO DO PROJETO

Ao se planejar uma ação, é fundamental ter o conhecimento do território em que se vai atuar, para delimitar a abrangência do projeto. Este mapeamento e o registro dos recursos existentes pode ser feito, entre outras formas, através de visitas às instituições públicas e privadas que atuam no município. Neste mapeamento, registra-se tudo o que for possível ser observado: Os aspectos ambientais e sociais, características geográficas, tamanho da população, organização do território, modos de vida, as vias de acesso, a infraestrutura existente, as redes de comunicação as manifestações culturais, hábitos de lazer e formas de associativismos.

Para a elaboração do PMS é necessário levantar pelo menos as seguintes informações:

- População - Rural e Urbana;
- Organização do Território – Distritos e localidades;
- Localização Geográfica;
- Área;
- Acessos;
- Infraestrutura de comunicação.

Essas informações devem ser levantadas em fontes oficiais, como IBGE, IPEA, Ministérios, Secretarias de Governo e na Prefeitura Municipal.

Para um planejamento mais eficiente das ações de mobilização social, sugere-se que o território municipal seja organizado por Setores de Mobilização (SM), ou seja, subdivisões territoriais com locais planejados para receberem os eventos participativos que irão ocorrer ao longo do projeto.

Esta subdivisão ajuda a garantir a ampla participação popular, pois tanto a divulgação, quanto a realização dos eventos – Reuniões Públicas e Audiência Pública deverão alcançar as diferentes regiões administrativas e distritos, ao longo de todo o território do município.

O que são Setores de Mobilização?

Setores de Mobilização (SM) são locais planejados para receberem os eventos participativos sendo distribuídos pelo território do município de forma a promover a efetividade da participação social.

5

IDENTIFICANDO OS ATORES SOCIAIS

As políticas públicas que incorporam processos participativos dependem dos atores sociais para serem efetivadas. Tanto os gestores públicos, quanto as organizações da sociedade civil, indivíduos ou grupos privados, todos os setores da sociedade são responsáveis para identificar problemas e sugerir soluções que poderão ser transformadas em políticas públicas. O passo inicial no planejamento da Mobilização Social é identificar os atores e os grupos sociais.

Projetos com elevado potencial para causar impactos na vida de uma determinada comunidade ou mesmo de uma cidade inteira, como é o caso do PMSB, geram interesse de diversos grupos. Para informar sobre o projeto ou desenvolver estratégias mais apropriadas de mobilização, deve-se primeiramente identificar com clareza quem são, quais seus interesses e posicionamentos.

Quem são esses atores sociais? Como estão inseridos na sociedade e qual a função de cada um no processo de aplicação das políticas públicas?

Atores Sociais

Indivíduos, organizações ou grupos envolvidos em iniciativas sociais e que podem influir nos resultados desse trabalho.



EXERCÍCIO 02

Enumere as principais organizações e lideranças de seu município, com atuação nas áreas de Saneamento, Saúde, Educação e Meio Ambiente:

Setor	Organizações	Lideranças
Saneamento		
Saúde		
Educação		
Meio Ambiente		

Caberá ao Comitê Executivo identificar os agentes da Administração Pública Municipal, que possam compor uma rede de agentes para apoiar as ações de mobilização.

Recomenda-se a sensibilização de profissionais com bom conhecimento das comunidades e suas lideranças, tais como assistentes sociais, educadores, agentes de saúde e da vigilância sanitária.

Estes profissionais atuarão diretamente na divulgação dos eventos públicos e na identificação dos públicos de interesse e na coleta de dados e informações junto aos moradores, visando obter a visão da sociedade local quanto aos serviços de saneamento.

As opiniões e sugestões apresentadas, tanto nas reuniões como em qualquer ocasião ao longo dos trabalhos deverão ser encaminhadas e analisadas pela equipe técnica do diagnóstico e quando validadas deverão ser incluídas na versão final do Plano de Mobilização e do PMSB.

6

ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Este projeto prevê o uso de diferentes ações e tecnologias para alcançar diferentes públicos em todas as etapas do projeto, somando esforços para um melhor resultado de participação social. É uma estratégia chamada de multi-plataforma que terá duas frentes de atuação: Estratégia de Mobilização Local e Estratégia de Mobilização em Rede.

6.1 MOBILIZAÇÃO SOCIAL LOCAL

De acordo com a legislação brasileira, cabe ao titular dos serviços, ou seja, ao município, garantir a ampla participação da população na formulação da política pública de saneamento básico. Desta forma, caberá aos comitês ordenarem a execução de todas as atividades de Mobilização, tais como Reuniões e Audiências Públicas. Os municípios poderão receber assessoria na execução e das atividades de mobilização.

6.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM REDE

Para complementar a estratégia de Mobilização Local, foi criada a Estratégia de Mobilização em Rede. Nesta frente, serão utilizadas diferentes ferramentas para a mobilização, desde meios de comunicação de massa, convencionais, até as novas mídias digitais.

Esta estratégia foi concebida para potencializar as ações de mobilização local e para maior aderência à concepção geral do projeto. Outro aspecto importante é que o uso das novas tecnologias digitais atende à Política Nacional de Participação Social, (Decreto nº 8.243/2014), que prevê a atuação no ambiente virtual de participação social.

7

OS EVENTOS PÚBLICOS

A principal estratégia de mobilização social para o PMSB será a realização de eventos públicos, ou eventos setoriais de mobilização social, conforme o TR. Estes eventos servirão de espaço público de participação. Segundo o Termo de Referência emitido pela FUNASA, os eventos setoriais de mobilização social poderão ter diferentes formatos, podendo ser debates, oficinas, reuniões, seminários, conferências, audiências públicas, entre outros eventos que devem promover efetividade à presença da comunidade e alcançar as diferentes regiões administrativas e distritos de todo o território do município.

Para atendimento desta diretriz foram planejados dois tipos de evento, as Reuniões Públicas e a Audiência Pública, denominada no TR como Conferência Municipal. Em cada município serão programados pelo menos de 2 (dois) eventos em cada setor de mobilização social, de forma a abranger cada fase do PMSB. Sendo ao menos um evento para a fase de diagnóstico e outro para a fase de planos, programas e ações. O Plano de Execução deverá ser discutido na reunião técnica do comitê.

O que é evento?

Evento é um acontecimento excepcional previamente planejado, que ocorre em determinado tempo e local e gera grande envolvimento e mobilização de um grupo ou comunidade, buscando a integração, difusão e sensibilização entre os participantes para os objetivos pretendidos. Estes devem ser colocados de forma clara e explícita, para que o público alvo receba e assimile os temas abordados e as ações desenvolvidas durante o evento. (HAMAM. 1997 p.108)

Os eventos públicos irão identificar demandas, estabelecer prioridades e propor soluções e encaminhamentos que poderão ser incorporados ao Plano Municipal de Saneamento Básico. Serão um espaço de participação de cidadãos e lideranças comunitárias comprometidos em superar desafios de suas comunidades

Quadro 4 - Quadro Resumo – Eventos Públicos

Evento	Tema Central	Objetivos
Reunião Pública I	Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar a proposta de trabalho do PMSB;• Colher informações acerca da situação do saneamento básico no município;• Sensibilizar para a discussão e estimular a participação popular;• Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do PMSB;• Listar as prioridades de atendimento nas questões de saneamento;• Coletar subsídios para a elaboração do diagnóstico para o PMSB;• Validar o Plano de Mobilização Social.
Reunião Pública II	Planos, Programas e Ações Plano de Execução	<ul style="list-style-type: none">• Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do PMSB;• Coletar subsídios para a elaboração do Prognóstico;• Validar o diagnóstico.
Audiência Pública	PMSB Minuta da Política Municipal de Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none">• Promover a participação popular e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração e na aprovação do PMSB;• Apresentar de forma expositiva e disponibilizar para consultas e questionamentos o PMSB;• Abrir o debate, coletar as percepções, dúvidas e contribuições dos participantes da audiência pública;• Validar o PMSB e a Política Municipal de Saneamento Básico.

Os eventos públicos, portanto, visam possibilitar que as pessoas exerçam a cidadania, por meio da gestão participativa, fortalecendo as atividades de ação comunitária e atuação em rede, para a sustentabilidade para suas comunidades.

Para garantir a ampla participação popular, esforços na divulgação dos eventos e na mobilização da população para participação deverão ser feitos.

O município se responsabilizará pelo custeio da montagem do evento, impressão dos materiais gráficos, convocação e mobilização dos participantes, além dos registros e elaboração da ata dos eventos.

Ao planejar um evento é muito importante considerar os eventos já programados, como datas comemorativas, feriados e outros fatores que possam comprometer a adesão do público.

EXERCÍCIO 03

Quais os eventos devem acontecer na sua cidade nos próximos 12 meses?

Antes de preparar o cronograma das ações, faça um Calendário de Feriados e eventos do seu município.

Feriados	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
Nacionais	1 Confraternização Universal			21 Tiradentes	1 Dia do Trabalhador	
Estaduais						
Municipais						
Feriados	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Nacionais			7 Independência	12 Padroeira do Brasil	2 Finados 15 Proclamação da República	25 Natal
Estaduais						
Municipais						

Feriados móveis: Carnaval, Semana Santa e Corpus Christi

8

PREPARAÇÃO DOS EVENTOS

Antes da realização de cada evento, o Comitê Executivo deverá planejar, conforme previsto no PMS e realizar algumas ações preparatórias.

- Conhecer o Projeto para Elaboração do PMSB;
- Participar dos eventos de capacitação técnica;
- Buscar estabelecer parcerias e configurar uma rede de apoio;
- Mapear os Atores Sociais;
- Identificar os Setores de Mobilização;
- Escolher os locais para realização dos Eventos Setoriais;
- Mapear os programas de educação em saúde e mobilização social existentes no município;
- Identificar as práticas de mobilização já utilizadas nas localidades;
- Mapear os meios utilizados e veículos de comunicação existentes no município;
- Preparar a pauta e o roteiro de cada reunião;
- Planejar matérias de apoio e as metodologias a serem aplicadas em cada encontro;
- Prever as formas de documentação e registro (Listas de Presença, Ata, gravação de áudio e/ou vídeo, fotografia, etc);
- Planejar, preparar e executar as estratégias de mobilização e divulgação dos eventos.

8.1 TAREFAS DE PRODUÇÃO

Cabe ao Comitê Executivo planejar previamente, a hora, o local e a programação de cada evento. Para melhor organização, os membros do comitê podem se dividir por funções, de acordo com a disponibilidade e a habilidade de cada um, tais como: Preparação e logística; Divulgação; Apresentação; Secretaria e Recepção.

Ao escolher um local para a realização dos eventos, o comitê deve avaliar as condições do local. Checar infraestrutura, segurança, facilidade de acesso, existência de mobiliário e área de apoio para recepção.

Testar a luminosidade do local, principalmente se for em área aberta. É muito importante que a apresentação midiática possa ser vista com clareza pelo público, uma vez que em locais muito iluminado, a visibilidade pode ser prejudicada. Nesse caso, sugere-se escurecer o ambiente.

Para a escolha de data e hora, o comitê deve levar em conta outros eventos que possam ocorrer na cidade, no período e a conveniência para os participantes. Uma reunião agendada para o período noturno em um local de difícil acesso e que não haja transporte após determinado horário pode comprometer a adesão do público. Cada comunidade tem seus hábitos e outros fatores que podem interferir na participação. Cabe aos organizadores observarem e considerarem esses aspectos.

8.2 TAREFAS DA SECRETARIA

Durante o evento, o Comitê Executivo deverá administrar as atividades de secretaria. É importantíssimo que a secretaria funcione perfeitamente. É através dela que se organizará todos os documentos produzidos e recebidos dos participantes.

Cabe também a secretaria a checagem de equipamentos de audiovisual (se houver); coleta, registro e arquivamento de documentos; administrar as atividades de programação, incluindo-se a avaliação do público e elaborar a ata do evento.

Sendo importante prever os materiais e equipamentos necessários para o desempenho da função, tais como materiais de escritório (papel, envelopes, clips, etc.), computador, impressora e mobiliário.

8.3 TAREFAS DA RECEPÇÃO

Cabe a ela também a recepção, a preparação da Lista de Presença, o credenciamento e a entrega de materiais de apoio.

8.4 TAREFAS DE MOBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Para se fazer o planejamento estratégico de um evento, será primordial a identificação dos públicos (Atores Sociais) que se deseja envolver e motivar.

José Bernardo Toro diz que “todo projeto, programa ou reforma que envolvam a aceitação e o compromisso da vontade dos afetados (positiva ou negativamente) devem prestar atenção especial às estratégias comunicativas. Se a proposta de reforma ou o projeto não fazem sentido para os implicados, a implementação é muito difícil e a sustentabilidade duvidosa” (TORO, 2005, p.83).

→ **Elaborar Mensagens** – Uma vez estabelecido o público, passamos a estudar as mensagens que possam despertar o interesse e conseguir a participação.

→ **Selecionar Instrumentos de Divulgação** – Os Instrumentos de Divulgação levarão as mensagens ao público de interesse.

Serão elaboradas peças apropriadas ao público, sob forma de folhetos, cartazes, faixas e outras.

O passo a passo das estratégias de divulgação dos eventos deverá ser descrito no Plano de Mobilização Social. Ele será o orientador na preparação das reuniões e audiência pública.

8.5 TAREFAS DE DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

A primeira ferramenta para documentação e registro das reuniões será a lista de presença. Os organizadores do evento deverão providenciar um formulário para colher as assinaturas dos presentes e os dados de contato (Nome, telefone, e-mail, endereço/localidade, organização a que pertence/cargo). Este instrumento servirá tanto para o registro de presença, como para alimentar a lista de contatos para a divulgação dos eventos seguintes.

8.5.1 ELABORAÇÃO DA ATA

É importante destacar ainda o valor da ata, que é o registro resumido, porém claro e fiel, das ocorrências de uma reunião. A ata deve conter as seguintes questões:

- **Cabeçalho:** deve constar o tipo de reunião ou o nome do evento;
- **Abertura:** é feita por extenso do dia, mês, ano e hora da reunião, nome do presidente e do secretário;
- **Público:** existência de quórum (quantidade mínima de membros);
- **Relação nominal:** indicação nominal dos presentes, com os respectivos cargos ou funções (pode-se fazer referência a lista de presença);

- **Desenvolvimento:** narram-se os assuntos tratados e suas decisões, mencionando-se de quem partiram as colocações. Em assunto, que exijam a votação, a ata deve ter registrado os quesitos, a forma de votação e o resultado;
- **Encaminhamentos:** Pontuar as principais decisões e encaminhamentos, nominado os responsáveis;
- **Fecho:** é quase imutável e ocorre quando os acontecimentos foram selecionados. Em geral, todos os presentes assinam. Neste caso a lista de presença será a forma de validação dos presentes.

No PMS, há um formulário para elaboração das ata, que poderá auxiliar no correto registro dos eventos.

8.6 TAREFAS DE AVALIAÇÃO

O Pós Evento é importantíssimo, trata-se do período posterior à realização do evento. Quando se faz o balanço final dos acontecimentos, resultados e gastos.

9

REUNIÃO PÚBLICA

As Reuniões Públicas configuram o espaço público de diálogo com os segmentos sociais para a construção do PMSB. A realização das reuniões públicas é uma estratégia que visa garantir a livre participação da população, de forma democrática e bem informada, conforme preconiza a legislação.

O que são as Reuniões Públicas?

As Reuniões Públicas (RP) são fóruns participativos promovidos por grupos representativos de uma comunidade, destinada à reflexão sobre assunto de interesse coletivo.

9.1 REUNIÃO PÚBLICA I – DIAGNÓSTICO

A primeira Reunião Pública será o evento inicial de mobilização e terá como foco principal o diagnóstico, pois acontecerá nesta etapa do PMSB.

Por se tratar do primeiro encontro, antes mesmo de iniciar os exercícios e dinâmicas com foco no diagnóstico participativo, o grupo que irá conduzir a reunião deverá fazer uma apresentação introdutória sobre o PMSB. A compreensão clara do projeto e da sua importância para a vida da comunidade é fundamental para o engajamento dos atores sociais.

A Reunião acontecerá após a realização da Oficina Participativa I e será organizada e conduzida pelo Comitê Executivo do PMSB, com a orientação da equipe técnica de comunicação, conforme as orientações abaixo.

→ A importância do Diagnóstico Participativo

Agora que já foi dita qual é a importância dos atores sociais na implementação de um PMSB bem planejado, vamos entender a importância do diagnóstico, para realizar um bom plano. Um diagnóstico bem feito é a base para uma ação correta. Caso o diagnóstico seja incorreto ou tenha deficiências, como não identificar ou superdimensionar um problema, todas as ações propostas apresentarão distorções.

Os atores locais têm papel significativo dentro neste diagnóstico. Ele identifica um problema, analisa a sua causa e a sua consequência e propõe uma solução viável, a qual pode contribuir para a transformação da sociedade local. Ao mesmo tempo, ele fortalece a si e a comunidade, pois adquire maior conhecimento dos problemas e das demandas sociais. Torna, então, um produtor de soluções sociais.

Para facilitar a implementação de futuras ações, é necessário ter conhecimento sobre os problemas e interesses existentes no local. Ao coletar dados de uma localidade, ator social se habilita a realizar intervenções planejadas e organizadas, tendo em vista os resultados concretos de suas ações.

Por isso, é fundamental perceber quais são as reais necessidades da localidade, para que possamos investir melhor os recursos disponíveis e limitados.

→ Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

Para a Reunião Pública I, sugere-se o uso da técnica chamada de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Esta técnica de diagnóstico é voltada para planos e programas que utilizam sistema de planejamento participativo e nela são privilegiados os dados qualitativos obtidos diretamente dos atores sociais envolvidos. O objetivo é compreender junto ao público participante suas percepções a respeito das potencialidades e problemas sanitários locais, além de suas práticas e demandas ligadas ao saneamento, de forma a permitir que o processo de ensino/aprendizado dialogue com os saberes e repertórios político-culturais das comunidades locais, subsidiando desta forma a participação popular na elaboração do PMSB.

Organizados em grupos, os participantes são convidados a refletirem sobre os problemas sanitários da localidade onde eles estão inseridos através da atividade denominada Oficina do Futuro. Esta oficina trata-se de uma atividade lúdica de diagnóstico participativo e construção de plano de ação. As bases metodológicas desta oficina foram originalmente criadas pela ONG Instituto Ecoar e utilizada pelo Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente no Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” para a Construção de Agenda 21 na Escola e na formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA). Deve-se ressaltar que esta oficina pode ter algumas etapas adaptadas de acordo com o contexto e objetivo para o qual será utilizada.

10

REUNIÃO PÚBLICA II OS PLANOS, PROGRAMAS E AÇÕES

A fase do PPA trata da formulação das estratégias para alcançar os objetivos e metas pretendidos, considerando a projeção do crescimento populacional, os cenários futuros, apresentando propostas de intervenção e enfrentamento das questões identificadas no diagnóstico.

Nesta etapa, desenvolve-se propostas de articulação e integração das políticas, programas e projetos de Saneamento Básico do município com outros setores, tais como: saúde, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, educação. Por isso, considera-se fundamental a participação de atores sociais representativos de todas essas áreas correlatas às questões de saneamento.

Será feita a análise e seleção das alternativas de intervenção visando à melhoria das condições sanitárias em que vivem as populações de toda a extensão do município, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Neste sentido, na segunda reunião pública adéqua-se a utilização de uma metodologia de Planejamento Participativo.

As Alternativas, os Programas, Projetos e Ações apontadas no PMSB deverão ter seus custos estimados. Nesta composição orçamentária, deve-se considerar a capacidade econômico-financeira do município, suas projeções de receitas e as condições socioeconômicas da população.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas municipais. É um espaço de diálogo onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público podem debater temas relevantes e de interesse público junto com a população. É um instrumento frequentemente utilizado para buscar alternativas e soluções na formulação de uma política pública, para elaboração de um projeto de Lei ou a realização de empreendimentos que possa gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente.

A audiência pública, denominada como conferência municipal no Termo de Referência emitido pela FUNASA, será convocada pela Prefeitura Municipal para apresentar à população o Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado sob a coordenação da Universidade Federal Fluminense e a minuta da Lei Municipal de Saneamento Básico.

Dentre as responsabilidades da equipe técnica, destaca-se o auxílio na preparação e execução de Audiências Públicas, consistindo na assessoria para definição das estratégias de mobilização social, orientação para organização dos eventos e participação nas audiências a serem realizadas nos municípios integrantes do projeto.

As audiências públicas terão início após a validação do Plano de Execução e serão previamente agendadas. A organização e mobilização será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Poderão compor a mesa diretora um representante do Ministério Público, o gestor municipal e secretariado de saúde, meio ambiente, obras e assistência social, um representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica da Fundação Nacional de Saúde e um integrante da equipe da Universidade Federal Fluminense.

A equipe da UFF será composta preferencialmente pelos profissionais que participaram tecnicamente e presencialmente da elaboração do PMSB.

Assim como nas reuniões preliminares, deverão ser estabelecidas parcerias com colaboradores dos setores da administração municipal que possam contribuir com a realização da Audiência. Recomenda-se também informar por ofício, e solicitar apoio, se necessário, aos órgãos de segurança como departamento de trânsito, defesa civil, corpo de bombeiros e polícia militar.

A escolha de local, datas e horários dos eventos (reuniões públicas e audi-

ência pública) foram definidos a partir de um mapeamento prévio de identificação de locais pelo interlocutor municipal e considerou os seguintes critérios:

- **Infraestrutura** – Adequação das instalações ao porte e tipo de evento, tamanho/capacidade de acomodação, existência de mobiliário e equipamentos;
- **Conveniência** – Localização central ou de fácil acesso para as pessoas, visando um maior número de pessoas de diversas procedências;
- **Acessibilidade** – Infraestrutura com possibilidade e condições de acesso amplo e democrático aos cidadãos;
- **Segurança** – Oferecer estrutura para abrigar adequadamente o evento e a quantidade de pessoas esperadas;
- **Disponibilidade** – Ter disponibilidade de uso na data pretendida.

11.1 ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA

Para a realização da Audiência Pública deverão ser providenciados os seguintes itens:

- Local de recepção com mesa para recolhimento das assinaturas;
- Local de exposição do documento do PMSB para consulta;
- Mesa diretora com acomodação para 06 pessoas;
- Mesa para Secretaria;
- Banheiros;
- Bebedouro;
- Sinalização do Local;
- Sistema de som com microfones de mesa (se possível);
- Projetor multimídia para apresentação (se possível);
- Materiais de escritório (canetas, lápis, clipes, grampador, papel e borracha);
- Computador com impressora (para elaboração da ata sumária).

GLOSSÁRIO

Ambiente virtual de participação social: Mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e de comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil. (DECRETO Nº 8.243/2014).

Atores Sociais: Indivíduos, organizações ou grupos envolvidos em iniciativas sociais e que podem influir nos resultados desse trabalho.

Audiência Pública: Mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais. (DECRETO Nº 8.243/2014).

Consultas Públicas: Mecanismo participativo, a se realizar em prazo definido, de caráter consultivo, aberto a qualquer interessado, que visa a receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre determinado assunto, na forma definida no seu ato de convocação. (DECRETO Nº 8.243/2014).

Controle social: É a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.

Mobilização Social: Ato de convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, compartilhando interpretações e sentido. É a partir deste sentido compartilhado que diferentes indivíduos ou setores da sociedade se reúnem para começar ou transformar determinados processos, cenários ou ações. (Bernardo Toro e Nísia Werneck)

Rede de Apoio: Uma rede é um sistema de organização que reúne, integra e articula indivíduos e organizações, de forma participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. As redes são estruturas flexíveis e cadenciadas, que se estabelecem por meio de relações horizontais, interconexas e dinâmicas, as quais supõem um trabalho solidário, colaborativo e participativo.

Setores de Mobilização: Setores de Mobilização (SM) são locais planejados para receberem os eventos participativos, sendo distribuídos pelo território do município de forma a promover efetividade da participação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.445, 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

BRASIL, LEI nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde. Política e Plano de Saneamento Ambiental: experiências e recomendações. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 148 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011. 244 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. Diretrizes para a Definição da Política e Elaboração do Plano de Saneamento Básico. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. 100 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

BARBOSA, Gustavo & RABAÇA, Carlos Alberto. Dicionário de comunicação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

HAMAM, Roosevelt. O evento integrando o mix da comunicação. In: KUNSCH, Margarida (org.). Obtendo resultados com relações públicas. São Paulo, Pioneira, 1997.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. Edição revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Summus, 2003.

MACHADO, Francisco de Assis. Participação social em saúde. Brasília, 1986. *Anais da 8a. Conferência Nacional de Saúde*. pp. 299-306.

MILANI, Carlos. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *RAP - Revista de Administração Pública*. Maio/Junho 2008; 3(42):551-79.

PELLEGRINI FILHO, Alberto; Zurita, Laura. Primera Conferencia de Consenso Ciudadano en Chile sobre el tema: El manejo de mi ficha clínica de salud - evaluación preliminar". *Revista Panamericana de Salud Pública/Pan American Journal of Public Health*, v. 15, n. 5, p.351-7, 2004.

TORO A., JOSÉ BERNARDO. A construção do público: cidadania, democracia e participação. São Paulo: Senac, 2005.

TORO A., JOSÉ BERNARDO; WERNECK, NÍSIA MARIA DUARTE. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CRÉDITOS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Márcio Endles Lima Vale - Presidência
Antonio Arnaldo Alves de Melo - Diretoria Executiva
Patricia Valéria Vaz Areal - Departamento de Engenharia de Saúde Pública
Thiago Martins Milhim - Departamento de Administração
Dayany Schoecher Salati - Coordenação de Assistência Técnica à Gestão em Saneamento
Clesivânia Santos Rodrigues - Coordenação de Assistência Técnica à Gestão em Saneamento
Nilton José de Andrade - Superintendente Estadual do Espírito Santo
Noel Carlos Fernandes Freire - Coordenador do Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica do Espírito Santo
Maria de Fátima Oliveira Chaves - Superintendente Estadual Substituta do Maranhão
Raimundo Rodrigues dos Santos Filho - Coordenador do Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica do Maranhão

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Sidney Luiz de Matos Mello - Reitoria
Antonio Claudio Lucas da Nóbrega - Vice-reitoria
Estefan Monteiro da Fonseca - Coordenação Geral
Jefferson Ribeiro Fernandes - Coordenação de Mobilização Social e Institucional
Juliana Cerqueira Pamplona Silva - Coordenação Adjunta de Mobilização Social

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Karin Schipper Segala - Coordenação Técnica
Silvia Martarello Astolpho - Coordenação Técnica
Leonardo Hasenclever de Lima Borges - Revisão

Projeto gráfico e diagramação - Disarme Grafico
Impressão - Grafitto
Impresso no Brasil
Junho de 2016

Esta publicação compõe a coleção de cinco Cadernos Metodológicos elaborados como material didático do Projeto "Fortalecendo capacidades municipais para elaboração, implementação e gestão de Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos", realizado por meio do **Termos de Execução Descentralizada (TED 01/2014 e TED 03/2014)** assinado entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) dos Estados do Maranhão e Espírito Santo, respectivamente e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Leia também outros quatro cadernos - Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas; Esgotamento Sanitário; Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos e Abastecimento de Água Potável.



Fundação
Nacional
de Saúde



CONTATOS

0800 940 1288

CONTATO@SANEAMENTOMUNICIPAL.COM.BR

WWW.SANEAMENTOMUNICIPAL.COM.BR



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA